

**A LINGUAGEM COMO AÇÃO:
UMA PROPOSTA PRAGMÁTICA DE UMA
ETNOGRAFIA PARA A LINGUAGEM.**

Carlos Alvarez Maia
alvarez@iis.com.br

A LINGUAGEM E A AGÊNCIA MATERIAL

A impressão que se tem é que primeiro existe a linguagem (com palavras que têm significados, afirmações capazes de serem verdadeiras ou falsas) e depois, isso dado, vem ela a entrar dentro do relacionamento humano e a ser modificada por aquele particular sistema de relações humanas dentro do qual assim entra. (...) O que se omite é que essas mesmas categorias de significado etc., são logicamente dependentes, para seu próprio sentido, da interação social entre os homens. (...) Não se discute como a própria existência dos conceitos depende da vida em grupo. (Winch, 1958, p. 44)

Estamos em conflito com o modelo racionalista que supõe a linguagem como mero instrumento de comunicação mental de pensamentos que já estariam situados nas subjetividades humanas. Nossa compreensão de linguagem encontra-se alimentada por uma percepção pragmática que sugere a linguagem como ação concreta no mundo. Esta perspectiva endossa um modo construtivista para as interações humanas que transcende qualquer ênfase dada ao indivíduo isoladamente. É através de seu caráter relacional que se definem as maneiras de ser e pensar – e de falar – que são desenvolvidas pelos sujeitos, sempre, de forma interativa. Mas não só entre eles, os humanos entre si; trata-se de uma interação ampla: entre as pessoas, sim, porém situadas em circunstâncias e vivências específicas no mundo. Ou seja, o caráter relacional que se designa aqui é mais abrangente do que o de mera relação entre humanos, ele transborda para o mundo que nos cerca e sobre o qual falamos. Extraímos do mundo grande parte de nossos motivos e de nossas vivências. Todo dialogismo está situado em cenas de interlocução *no* mundo. Há uma materialidade “exterior” ao simples existir – “isolado”: pretensamen-

te autônomo – dos animais ditos humanos que enformam os seus modos de viver, as suas formas de vida (Wittgenstein). Dão corpo à alma. Dão materialidade à linguagem. Uma linguagem como ação concreta.

A base para toda essa enunciação está no conceito de agência.

Mas, afinal, o que é uma agência?

Nas suas demandas de sobrevivência todo animal entra em relação com o mundo que o rodeia. Esta relação é denominada de agência. Toda agência é “*intra-ativa*”, como diz Karen Barad (1999, 2001, 2007), ela ultrapassa a mera função interativa. Isto é, a agência é constitutiva das partes aí e assim envolvidas, é a forma de relação pela qual cada ser se faz e se refaz continuamente. Na agência é que os seres ganham suas existências. Existir é agenciar.¹ A fenomenologia da existência é a fenomenologia da agência.

No caso do humano, um animal gregário, sua característica determinante é de que as agências nas quais está envolvido passam por *práticas compartilhadas*.² Sua existência ocorre no interior do grupo ao qual pertença, através de vivências comuns – são práticas herdadas e transmitidas que estabelecem contornos para o agir coletivo. Essa herança de práticas é interiorizada por cada membro do grupo que as toma como suas e as emprega em seus agenciamentos no mundo. As práticas bem sucedidas são fixadas no grupo e tornam-se de uso socializado. Este procedimento receptor-transmissor constitui o fundamento para tornar o humano um animal histórico. Assim ocorre o devir histórico: na reprodução contínua de vivências pré-existentes, nas transformações e inovações estabelecidas e que se fixam e transmitem dentro do grupo. Cada indivíduo vive em acordo com as práticas já instituídas no grupo. Ou seja, a práxis já ocorre em condições históricas dadas.

¹ Quando um indivíduo confecciona uma lança a partir de um galho de arbusto ele está em agência com o arbusto e a ontologia desse ramo de árvore transforma-se na de um artefato, uma arma; já o simples indivíduo agora é um caçador. Caçador e arma são novas entidades constituídas pela agência. Existem pela agência.

² Em nossa percepção pragmática é central o entendimento de que as práticas compartilhadas definem a atividade humana. Veja também o conceito de “comunidade de práticas” em Ahearn, 2001, p. 127.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

Essa condição histórica do humano encontra-se bem analisada em Leroi-Gourhan que já estabeleceu como os hominídeos primitivos realizavam seus agenciamentos através de uma rotina de procedimentos práticos, tanto para a confecção como para o uso de ferramentas e utensílios. Tais procedimentos partilhados pelo grupo e internalizados por cada membro ativo pressupõe que esses hominídeos reproduzam e transmitam essas práticas através das quais operam seus agenciamentos.

O emprego de algum instrumento, uma ferramenta, implica em seguir um conjunto de pequenos atos articulados entre si, isto é o “*seguir uma regra*” de Wittgenstein. São ações sucessivas que apresentam uma lógica para a fabricação e para a utilização do artefato – por exemplo, a escolha e coleta de um arbusto para a confecção de um arpão e a técnica de sua manipulação no ato de pescar. São operações encadeadas – “*cadeias operatórias*” – associadas à cada agência específica, à cada utensílio/ferramenta, e que se constituem elas próprias em uma técnica bem estabelecida. Há um caráter abstrato nesta materialidade da técnica. Assim, uma determinada ação está vinculada a um instrumento material, um utensílio, mas esse próprio instrumento solicita que haja uma abstração, uma operação simbólica para sua utilização. O utensílio vai além de sua concretude, ele solicita a apreensão de sua “*sintaxe operatória*”, da sua lógica de funcionamento, para se transformar em objeto utilitário comum e de uso continuado no grupo social. Tratam-se de uma “cadeia operatória” e de uma “sintaxe”, ambas, simbólicas. Um determinado instrumento material é inseparável do procedimento que lhe dá sentido, que lhe propicia uma significação. Cada agência envolve um instrumento concreto e também a assimilação de suas técnicas de utilização, ou seja, a agência já opera no espaço simbólico (Leroi-Gourhan, 1990, p. 116-117).

Esse é o papel fundante da linguagem, um papel constitutivo da agência.³ Participa e complementa a materialidade da ação, em

³ Essa é uma característica decorrente da proposta de Leroi-Gourhan (citado) a qual articula um desenvolvimento simultâneo para a linguagem e as técnicas e aqui ele segue de perto o antropólogo russo V. V. Bounak, L'origine du langage, in Les processus de l'hominisation. Colloques Internationaux du CNRS, Les Sciences Humaines (Paris 19-23 mai 1958), Paris 1958, 99-111. Ver Leroi-Gourhan, 1990, p. 116-119, 220. Esta associação entre utensílios, práticas e linguagem funda a compreensão de que há uma “cadeia operatória” que organiza gestos, re-

sua concretude, ao forjar as significações da agência dando-lhe sentido. A linguagem integra a agência em sua essência, em sua natureza simbólica e que constitui a lógica da ação. A linguagem fornece os contornos que estabelecem a agência como recurso simbólico-material necessário para movimentar o existir, histórico, por excelência.

A LINGUAGEM COMO AGÊNCIA

Aprender habilidades é uma ação executada no espaço simbólico pois a cada nova vez que se repete a operação implica em reter o significado já estabelecido, ou melhor, implica em refazer uma significação anteriormente socializada. O instrumento material de uma agência somente é constituído em seu uso concreto. Tanto o procedimento de uso quanto o próprio “corpo” do utensílio, em sua materialidade, constituem o tal artefato. Uma ferramenta é composta por ambos, a sua materialidade e a sua significação simbólica. Ambas necessitam ser fixadas e reproduzidas no grupo. São operações simultâneas, inseparáveis.

Nesse processo interligado entre o material e o simbólico, as práticas compartilhadas se desdobram em significações igualmente compartilhadas. Toda ação está envolvida por um sentido que lhe dá um motivo, são ações motivadas por uma teia de significações.⁴

A socialização que ocorre nesta reprodução, na interiorização das regras, dos usos e dos procedimentos para as habilidades técnicas, é sustentada por elementos simbólicos. Esse conjunto de técnicas simbólico-materiais constituem laços que consolidam indivíduos em práticas compartilhadas no grupo. São práticas que permanecem no grupo, como características históricas do grupo continuamente reproduzidas. Renovam-se na memória. Assim, a permanência de um instrumento, de um utensílio, de uma técnica, é da mesma ordem da

apresentações simbólicas e os utensílios – em sua fabricação e uso – em uma “sintaxe operatória”. Esta lógica operacional associada aos artefatos é que constituem a técnica.

⁴ Tal como pensar a agência através de “práticas compartilhadas” (*shared practices*), compreender essa atividade como de “significações compartilhadas” (*shared meanings*) constituem elementos indispensáveis para nosso olhar pragmático.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

persistência de uma operação simbólica. A cadeia operatória e sua sintaxe sobrevivem na memória histórica do grupo. Esta a noção de dizer-se que a técnica é tanto simbólica quanto material. Em todo fazer há um saber-fazer.

Ao ser protagonista em um conjunto de agências, cada membro de um grupo participa de uma certa quantidade de práticas compartilhadas, das diversas cadeias operatórias que são necessárias para a sobrevivência individual e coletiva. Isso produz uma arquitetura simbólico-material de significações comuns para o grupo e desenha uma maneira pela qual seus membros vivem e sentem o mundo, desenha uma “*forma de vida*” wittgensteiniana. A trama de cadeias operatórias utilizadas estabelece uma percepção do que seja o mundo e de como agir nesse mundo. O mundo se apresenta como um feixe de agências que expõe significações para seus usuários-agentes. Nesse estágio, a historicidade de um certo membro do grupo é dada pelo conjunto articulado de agências que compõe e rege a sua vida naquele grupo. Ele age e percebe o mundo através de sua historicidade, das significações disponíveis e que estão enfeixadas por essa trama de agências.⁵

Essas agências se compõem de práticas que também são significações compartilhadas. E tais significações fornecem uma orientação prático-simbólica para aquela “*forma de vida*” viver sua vida, para seu existir no mundo. Aquela parcela do mundo que não participa dessas agências é percebida de maneira diferente, chega a ser desconsiderada por não integrar os interesses e motivos daquela “*forma de vida*”. É uma parte do mundo que perde visibilidade e não adentra o sistema simbólico das significações instituídas. Torna-se um significante sem significado. As agências fornecem percepções seletivas. A natureza não é olhada como um todo homogêneo. Assim se produzirá uma taxonomia. Na natureza do mundo somente ganham destaque aquelas entidades, aqueles significantes, que já integram o sistema simbólico, que já possuem significados naquele grupo, que se tornaram significantes nas práticas de agências vividas naquele grupo. O olhar dirigido ao mundo filtra, recorta o que deve e pode ser

⁵ Essa forma de articular Wittgenstein com a noção de agência é essencial para nossa compreensão pragmática que inclui o “seguir uma regra”. Ver também Pickering (1995, p. 6): “the world is filled not, in the first instance, with facts and observations, but with agency”.

visto. O cenário do mundo recebe iluminação desigual, boa parte desse cenário permanece na penumbra dos interesses. Delimita-se e foca-se a cena através desse perceber dirigido, orientado e engendrado na historicidade de seus agenciamentos anteriores e articulados entre si. É um ver seletivo ou como dizia Fleck, um “*ver formativo*” – um *Gestaltsehen*. Percebem-se umas formas e não outras.⁶

Há um acervo de significações já estabelecidas na memória e que fornecem o repertório interpretativo no qual os eventos do mundo são decodificados. Um novo acontecimento no mundo será examinado em contraste com esse acervo passado. Ou seja, a compreensão do novo depende do “saber” constituído pelas práticas consolidadas. O léxico das práticas vividas estabelecem o *Gestaltsehen* pelo qual o grupo se adapta e reage ao devir do mundo. Os membros do grupo – ao ampliarem suas vivências, seu léxico de vivências – incorporam novas experiências significativas e estabelecem, assim, novos saberes.

As coisas do mundo afetam, sensibilizam os humanos segundo esse repertório. Se já integram o acervo de práticas anteriores – isto é, já integram a historicidade daquele corpo – então serão sentidas em acordo com este léxico historicamente constituído e teremos uma percepção, como analisa Merleau-Ponty (2006), porém, se estiverem fora desse espaço das significações pregressas, abrir-se-á um dilema. Ou serão ajustadas, por algum tipo de similaridade às já vivenciadas, ou permanecerão insignificantes, à espera de uma definição sensório-compreensiva. Cada evento no mundo não se traduz automaticamente em uma percepção, mas será uma recepção sensória de algo indefinido, um estímulo ainda não significado – um “*traço*”, um *traço imotivado* –, como designa Derrida (1999). O traço emerge nas diferenças sensórias, como pura diferença. O traço é o sintoma das diferenças estabelecidas nas atividades sensórias e nas percepções. Marcando a distância entre o traço e a percepção há o motivo significativo de algo que já frequenta o espaço simbólico das significações instituídas. Ao vencer essa distância, o traço abre-se ao *Ges-*

⁶ Em Fleck (1979) é indispensável que se compreenda as atividades cognitivas como produzidas por práticas compartilhadas em um grupo. Um “estilo de pensamento” associado a um “coletivo de pensamento”.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

taltsehen. Somente através desse processo o traço encontra seu vir-a-ser percepção.⁷

Cada indivíduo age e percebe o mundo através da trama de agências que constitui o âmago de sua vivências e estabelece a sua historicidade. Essa prática do seu viver lhe permite um entendimento do mundo – e também de si e de seus pares sociais – e lhe justifica uma avaliação normativa sobre seu próprio agir. Ele já traz incorporado em seu modo de ser o conjunto de normas e significações socialmente partilhadas – são valores, comportamentos, atitudes, juízos éticos e estéticos. Através dessa internalização ele classifica, constrói uma taxonomia para as coisas do mundo, para o mundo.

Assim, desde a pré-história, há uma forte conexão entre o saber e o fazer. A cognição emerge como decorrência das práticas de ação no mundo, elas conjugam as formas de percepção do mundo associadas aos agenciamentos. Do ponto de vista da compreensão pragmática aqui exposta, o conhecimento não é caracterizado como uma produção estritamente mental como o logocentrismo iluminista propõe. Nem é movida por um motor, a Razão, uma essência que faz o animal humano alcançar um estado “iluminado” de humanidade mítica. A “razão” não é uma entidade endógena do ser humano mas decorre do processo histórico que o constitui como “ser racional”. Antes de ser o motivo que explique o evoluir do gênero *homo*, a “razão” necessita ser explicada por este evoluir, provavelmente, talvez, como uma estratégia eficaz de intervenção.

Considere-se que as características biológicas desse animal designado como *Homo Sapiens* são basicamente as mesmas desde o seu alvorecer na história. Entretanto, a maneira pela qual ele realiza seus agenciamentos sofreu grandes alterações. A filogênese do gênero – que durou milhões de anos – alcançou o seu patamar característico com o aparecimento da espécie humana há cerca de 1 ou no máximo de 3 décadas de milhares de anos, no fim do paleolítico, porém a “filogênese” histórica na qual a nossa espécie se aventurou a partir

⁷ Esta articulação entre o “traço” derridiano e a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty e com a sociologia do conhecimento de Fleck é de minha responsabilidade. Proponho que enquanto pura diferença sensorial o traço imotivado ainda não está constituído em uma percepção, não ganhou um sentido, é um estímulo de mera diferença sensível. Somente ao ingressar na historicidade do ser é que o traço origina uma percepção.

desse momento sofreu profundas transformações. Há uma brutal diferença de escala temporal entre a filogênese biológica e a “filogênese” histórica.⁸

No plano da história, seus agenciamentos receberam inúmeras inovações e ocorreram diversas alterações históricas cumulativas e adaptativas nesse período. Passou-se do fogo para a panela, da pedra lascada à polida e aos metais, estabeleceu-se a agricultura e a pecuária – em suma, houve um devir que acumulou/descartou as agências nas quais o primitivo se envolveu. São transformações ocorridas no plano histórico e não no biológico. Nesse intervalo, de algumas décadas de milhares de anos, permanecemos sustentados por uma mesma e inalterada estrutura biológica, mas do ponto de vista histórico é um alentado conjunto de mudanças. Há uma sucessão de novas agências que se fixaram e se desenvolveram. Por isso falamos abusivamente de uma “filogênese histórica”. Há uma constituição na história, as agências são constitutivas desse continuamente “novo” ser, histórico. Se há um motor, este se encontra nas transformações sucessivas dos agenciamentos envolvidos. Isto fundamenta bem a hipótese de Karen Barad, a agência é intra-ativa. A agência produz novas entidades, o humano é e não é o mesmo. Do ponto de vista biológico, nada mudou, porém no cenário histórico, a distância que separa as “formas de vida” dos indivíduos – desde o paleolítico – é brutal. O conjunto histórico de agências acumuladas em dezenas de milhares culminou produzindo o homem iluminista, crédulo de que nascera pleno de racionalidade, desconhecendo esse devir de agenciamentos.

Já o esquema racionalista explicativo para o conhecimento violenta a história. Ao considerar a cognição como produto de mentes privilegiadas, isoladas do mundo material que as rodeia, elabora várias fantasmagorias. Da ruptura entre o mental e o corpóreo, entre o sensível e o inteligível, entre aparência e essência, desenha um “mundo” ficcional de protótipos que rerepresentam o mundo real em uma ordem pré-estabelecida. São cópias ou simulacros que pretendem representar a lógica do mundo, representações. Aqui se tem o conhecimento como representação.

⁸ Tomasello (2003, p. 282-292). Ver também uma síntese dessa filogenia em André Leroi-Gourhan (2001, p. 11-14).

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

Para o racionalismo iluminista seria demasiado modesto supor que a cognição decorreria de uma interação – muito ao estilo de uma seleção natural –, das práticas existenciais “primitivas” de seres comuns lutando por suas sobrevivências. Tinha que ser grandiloquente, e criou o homem-deus após a Revolução Científica. Assim batizou a si próprio como *Homo Sapiens*. Dotado de grande sabedoria, *Homo Sapiens Sapiens*. E apontou um clímax: a Ciência Moderna. Elaborou o corte epistemológico definitivo entre um passado cinzento, uma sonolência na penumbra, e o futuro iluminado, em um despertar eufórico e revolucionário. Agora, com a Ciência, descobria-se a verdade sob o manto das aparências. O mundo como “representação verdadeira” do Real.

A lenta conquista de agenciamentos – de milenares agenciamento cumulativos selecionados – fora apagada. A longa história humana de práticas interativas – ou, intra-ativas – é substituída por um entusiasmo juvenil de pós-renascentistas, uma *ego trip*. Ora, essa percepção egocêntrica nada mais é do que um simples evento na história e pode ser compreendido historicamente. Um evento egóico que reduziu o processo cognitivo estabelecido no longo devir histórico a uma mera ação de mentes brilhantes, entre homens-livre-pensadores ufanistas de si próprios e de sua racionalidade. O ambiente, a natureza, tornou-se meramente um coadjuvante externo, a ser explicado. O que contava agora eram os juízos sintéticos e analíticos das mentes humanas entre si. Mentos sem corpo, sem matéria, capazes de por pura reflexão desvendarem a lógica subjacente do mundo. Um acordo – racional – entre os homens decidia como o mundo devia ser.

Nessa cavalgada racionalista pouco restou de criativo para a linguagem. Constituiu-se como parte periférica deste cenário copista arquitetado por mentes excepcionais sob o crivo da Razão. A linguagem como simples transmissora de ideias racionais que já se constituíam como pensamentos nas subjetividades, pensamentos que se pensam em si próprios, em abstrações solipsistas.

Sua principal função agenciadora – de ser o agente interativo na produção dinâmica das significações partilhadas – é mascarada e suprimida. Nesse olhar, a linguagem torna-se um corolário estático do conhecimento que ela própria produziu e deu movimento. Ora, mas uma agência somente se efetiva como tal ao ganhar um sentido

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que emerge da cena, das significações que se fazem na interatividade dos agentes através da instância simbólica. As significações de uma agência desenham na temporalidade aquilo que é o constitutivo intrínseco do que se designa como linguagem. Isto é, linguagem como esteio fundamental do devir histórico através de seus agenciamentos.

BIBLIOGRAFIA

AHEARN, Laura M. Language and agency. *Annu. Rev. Anthropol.* 2001, 30, p. 109-37.

BARAD, Karen. Agential realism: feminist interventions in understanding scientific practices. **In:** BIAGIOLI, Mario (ed.). *The science studies reader*. New York: Routledge, 1999, p. 1-11.

———. Re(con)figuring space, time, and matter. **In:** DEKOVEN, Marianne (ed.). *Feminist locations; global and local, theory and practice*. New Brunswick: Rutgers, 2001, p. 75-109.

———. *Meeting the universe halfway*. Durham & London: Duke University Press, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DURANTI, Alesandro. *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FLECK, Ludwik. *The Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HARBERS, Hans (ed.). *Inside the politics of technology. Agency and normativity in the co-production of technology and society*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005.

LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1990.

———. *Os caçadores da pré-história*. Lisboa: Edições 70, 2001.

MAIA, Carlos A. A materialidade da linguagem na história e na ciência. **In:** *Cadernos do CNLF. Linguística Textual, Pragmática etc.* Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2006, v. X, nº 13, p. 45-56.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. **In:** MIRANDA, Neusa Salim e NAME, Maria Cristina. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005, p. 49-77.

———. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PICKERING, Andrew. *The mangle of practice: time, agency, and science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

SUCHMAN, Lucy. 'Human/Machine Reconsidered', published by the Department of Sociology, Lancaster University at. <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc040ls.html>

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WINCH, Peter. *The idea of social science and its relation to philosophy*. London: Routledge and Kegan Paul, 1958.

———. *Comprender una sociedad primitiva*. Barcelona: Paidós, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.